

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA  
SEGUNDA EMISSÃO DE COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. do Café 277, Torre B, 9º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.790.893/0001-41, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Prof. José Vieira de Mendonça 3011, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 60.894.730/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Usiminas");

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"); e

BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, por sua Agência Corporate Minas Gerais (MG), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Afonso Pena 1964, 10º andar, Belo Horizonte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.000.000/4934-49, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador");

resolvem celebrar a presente "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Segunda Emissão de Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa" ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I  
DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 11 de julho de 2003 ("RCA da Emissora"), da reunião do conselho fiscal da Emissora realizada em 11 de julho de 2003, da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 29 de julho de 2003 ("AGE da Emissora"), e da reunião do conselho de administração da Usiminas realizada em 3 de julho de 2003 ("RCA da Usiminas").



- 1.2 A AGE da Emissora autorizou o conselho de administração a deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76.

## II DOS REQUISITOS

- 2.1 A segunda emissão de Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas da RCA da Emissora, da AGE da Emissora e da RCA da Usiminas.* As atas da RCA da Emissora e da AGE da Emissora deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional. A ata da RCA da Usiminas deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "O Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional;
- II. *registro desta Escritura de Emissão e seus anexos.* Esta Escritura de Emissão e seus anexos deverão ter sido registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ter sido registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do



2

respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002.

### III

#### DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo, ainda, importar e exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlatas ou não.

### IV

#### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão destinados ao alongamento do perfil e à redução do custo do passivo da Emissora.

### V

#### DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de debêntures da Emissora, sendo a primeira emissão pública de debêntures.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.4 *Quantidade.* Serão emitidas 24.000 (vinte e quatro mil) Debêntures.
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados, obrigando-se a Emissora a emitir o respectivo certificado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento de solicitação neste sentido enviada pelo debenturista. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '3'.

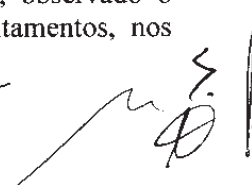
comprovada pelo registro no livro de registro de debêntures nominativas. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem depositadas na CBLC.

- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), na forma disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76, concorrendo em igualdade de condições com os demais credores da Emissora sem preferência em caso de liquidação da Emissora.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* O capital social da Emissora nesta data é de R\$1.763.814.853,78 (um bilhão, setecentos e sessenta e três milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), estando a presente emissão, portanto, dentro dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.2 *Fiança.* Pela presente Escritura de Emissão, a Usiminas desde já obriga-se perante os debenturistas como fiadora e principal pagadora de todas obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, obrigando-se pelo pagamento integral do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) e, se for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais ("Fiança").
- 5.8.2.1 A Fiança é prestada pela Usiminas, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.
- 5.8.2.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.8.3 *Promessa de constituição de penhor de direitos creditórios.* A Emissora e a Usiminas, neste ato, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a constituir até 15 de junho de 2004 ("Data de Constituição do Penhor"), em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre:



4

- I. os créditos contra os Clientes (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou da Usiminas, decorrentes da (a) comercialização de produtos siderúrgicos, fabricados e produzidos pela Emissora e/ou pela Usiminas e/ou (b) prestação de serviços no setor siderúrgico pela Emissora e/ou pela Usiminas, em ambos os casos no desempenho regular de suas atividades, incluindo todos os documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios"), que atendam aos Critérios de Elegibilidade (conforme definido abaixo) e descritos e caracterizados no Anexo I ao Contrato de Penhor (conforme definido abaixo), assim como aqueles a que se refere a Cláusula 5.8.3.8 abaixo ("Direitos Creditórios Empenhados"); e
- II. os créditos contra o Banco Centralizador (a) pelos recursos recebidos por conta da Emissora e/ou da Usiminas em pagamento dos Direitos Creditórios Empenhados; e (b) pelos recursos recebidos por conta da Emissora e/ou da Usiminas em pagamento dos Direitos Creditórios Empenhados mantidos em depósito, de tempos em tempos, (i) na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 5.194-2, aberta e mantida exclusivamente para este fim junto à agência n.º 3308-1 do Banco Centralizador e/ou na conta vinculada à referida conta corrente, também mantida junto ao Banco Centralizador (as duas contas em conjunto denominadas "Conta Centralizadora da Emissora"); e (ii) na conta corrente de titularidade da Usiminas n.º 304.000-3, aberta e mantida exclusivamente para este fim junto à agência n.º 3308-1 do Banco Centralizador e/ou na conta vinculada à referida conta corrente, também mantida junto ao Banco Centralizador (as duas contas em conjunto denominadas "Conta Centralizadora da Usiminas" e, juntamente com a Conta Centralizadora da Emissora, simplesmente "Contas Centralizadoras"), em qualquer caso independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Créditos Bancários" e, juntamente com os Direitos Creditórios Empenhados, "Créditos Empenhados").
- 5.8.3.1 O penhor será constituído substancialmente nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Penhor"), cuja minuta, rubricada pelas partes, integra esta Escritura de Emissão como Anexo I ("Contrato de Penhor"), obrigando-se, desde já, (i) a Emissora, a Usiminas, o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador a celebrar o Contrato de Penhor no prazo de até 15 (quinze) dias anteriores à Data de Constituição do Penhor; e (ii) a Emissora a, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da respectiva assinatura, prazo este que não poderá exceder a Data de Constituição do Penhor, registrar o Contrato de Penhor, seus anexos e, observado o disposto na Cláusula 5.8.3.9 abaixo, seus eventuais aditamentos, nos



competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e enviar ao Agente Fiduciário comprovante de tais registros.

- 5.8.3.2 A partir da data de assinatura do Contrato de Penhor e durante sua vigência, os Direitos Creditórios Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à Usiminas e à disposição do Agente Fiduciário.
- 5.8.3.3 A partir da data de assinatura do Contrato de Penhor e durante sua vigência e observado o disposto na Cláusula 5.8.3.8 abaixo e no Contrato de Penhor, a Emissora e a Usiminas não poderão movimentar as Contas Centralizadoras.
- 5.8.3.4 Os Direitos Creditórios Empenhados deverão sempre atender, durante todo o tempo em que esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor estiverem em vigor, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):
- I. ser decorrentes de clientes que, cumulativamente, (a) sejam pessoas jurídicas; (b) não sejam do setor público; (c) não sejam controladores ou controladas, diretas ou indiretas, ou coligadas da Emissora e/ou da Usiminas; (d) não sejam inadimplentes com a Emissora e/ou a Usiminas por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data de vencimento da respectiva obrigação; (e) não tenham seu nome incluído em cadastro negativo do Serviço de Proteção ao Crédito e/ou do Serasa; e (f) cuja falência ou concordata não tenha sido pedida ou decretada ("Clientes");
  - II. ser decorrentes de vendas ou serviços realizados pela Emissora e/ou pela Usiminas no desempenho regular de suas atividades, efetivamente entregues ou prestados, e aceitos pelos Clientes, e que não tenham sofrido atrasos no cronograma previsto para sua entrega ou prestação, por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data prevista para a respectiva entrega ou prestação;
  - III. estar devidamente formalizados conforme relação das notas fiscais em arquivo de cobrança fornecidas pela Emissora e/ou pela Usiminas ao Agente Fiduciário;
  - IV. ser representados por duplicatas (a) geradas por sistema eletrônico para emissão de notas fiscais e duplicatas da Emissora e/ou da Usiminas; (b) sacadas contra Clientes por meio eletrônico; e (c) transmitidas e entregues ao Banco Centralizador por meio eletrônico ou magnético;
  - V. estar livres e desembaraçados de todo e qualquer ônus, gravame, judicial ou extrajudicial, restrição, cessão, penhora ou condição



6

de qualquer natureza que possa obstar ou inviabilizar o pleno exercício dos direitos e prerrogativas definidos no Contrato de Penhor;

- VI. não ter sido contestados pelos Clientes junto à Emissora e/ou à Usiminas, por via judicial ou extrajudicial, e não ser objeto de depósito judicial, nem decorrentes de compras ou serviços rescindidos ou cancelados;
- VII. não representar parcelas vencidas na ocasião da constituição do Penhor;
- VIII. não ter data de vencimento inferior a 10 (dez) dias ou superior a 90 (noventa) dias contados da data de envio dos respectivos arquivos (eletrônicos ou magnéticos) de cobrança ao Banco Centralizador, observado que (a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos valores dos Direitos Creditórios Empenhados tenham vencimento no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias; e (b) a data de vencimento não exceda a Data de Vencimento em mais de 30 (trinta) dias;
- IX. observar o limite máximo de 10% (dez por cento) dos valores dos Direitos Creditórios Empenhados relativamente ao Limite Mínimo devidos por um mesmo Cliente; e
- X. não ter o valor a pagar e/ou o prazo de pagamento alterados, salvo se, cumulativamente, (a) tal alteração ocorrer antes da data de vencimento do respectivo Direito Creditório Empenhado; (b) a alteração do prazo de pagamento observe o disposto no inciso VIII acima; (c) o Agente Fiduciário seja comunicado sobre tal alteração, por meio do acesso eletrônico às Contas Centralizadoras, imediatamente à efetivação da alteração; e (d) a Emissora e/ou a Usiminas observem a manutenção do Limite Mínimo, de acordo com o disposto e com os procedimentos previstos no Contrato de Penhor.

5.8.3.5 A Emissora e a Usiminas desde já declaram, sob as penas da lei, que os Direitos Creditórios para os fins da Cláusula 5.8.3.11 abaixo atendem, e os Direitos Creditórios Empenhados nos termos do Contrato de Penhor atenderão, durante todo o tempo em que esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor estiverem em vigor, aos Critérios de Elegibilidade, obrigando-se a substituí-los caso deixem, a qualquer momento, de atender aos Critérios de Elegibilidade.

5.8.3.6 A partir da data da assinatura do Contrato de Penhor e até a liquidação de todas as obrigações assumidas pela Emissora e pela Usiminas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas



venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão do Penhor, e independentemente do valor dos Créditos Bancários, os Direitos Creditórios Empenhados deverão sempre ser (i) de valor equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação, correspondente ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos Encargos Moratórios ("Limite Mínimo"), dividido o Limite Mínimo entre a Emissora e a Usiminas a exclusivo critério destas; e (ii) mantidos em cobrança junto ao Banco Centralizador.

5.8.3.7 A fim de assegurar a manutenção do Limite Mínimo, a Emissora e a Usiminas deverão entregar Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade em favor dos debenturistas, em substituição aos Direitos Creditórios Empenhados vencidos, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Penhor.

5.8.3.8 Quando da conclusão do processo de substituição dos Direitos Creditórios Empenhados vencidos por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, tais Direitos Creditórios passarão a integrar o Penhor, inclusive para fins de apuração do Limite Mínimo devendo, para todos os fins de direito e, especialmente, para os fins do Contrato de Penhor, serem considerados e tratados como Direitos Creditórios Empenhados, devendo o Banco Centralizador transferir automaticamente os Créditos Bancários das Contas Centralizadoras para as contas correntes mantidas pela Emissora e pela Usiminas junto ao Banco Centralizador e indicadas oportunamente a este ("Contas Movimento") após as 12 horas (meio-dia) do mesmo dia de seu crédito nas Contas Centralizadoras, salvo se existir comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador até as 12 horas (meio-dia) de cada dia útil, instruindo-o a não transferir os Créditos Bancários para as Contas Movimento em decorrência de qualquer de um destes eventos:

- I. não ser respeitado o Limite Mínimo; ou
- II. a Emissora e/ou a Usiminas estarem inadimplentes com relação a quaisquer de suas obrigações, financeiras ou não, assumidas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor; ou
- III. os aditamentos ao Contrato de Penhor, quando necessários, não tiverem sido celebrados.

5.8.3.9 Na ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo e no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que a substituição de Direitos Creditórios Empenhados por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade for aprovada pelo Agente Fiduciário, e independentemente de qualquer instrução, ordem ou notificação, judicial ou extrajudicial, (i) a Emissora e a Usiminas, assim como as demais



8

partes, desde já obrigam-se a celebrar aditamentos ao Contrato de Penhor e a cumprir os procedimentos ali previstos, para incluir no Penhor os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) a Emissora desde já obriga-se a promover o registro dos referidos aditamentos nos termos da Cláusula 5.8.3.1 acima:

- I. não ser respeitado o Limite Mínimo; ou
- II. a Emissora e/ou a Usiminas estarem inadimplentes com relação a quaisquer de suas obrigações, financeiras ou não, assumidas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor; ou
- III. ocorrência de um evento que resulte ou possa resultar na declaração do vencimento antecipado das Debêntures, inclusive na ocorrência de convocação de assembléia geral de debenturistas nos termos da Cláusula 6.3 abaixo.

5.8.3.10 A partir da data da assinatura do Contrato de Penhor, a Emissora e a Usiminas deverão (i) confiar ao Banco Centralizador a administração da cobrança dos Direitos Creditórios Empenhados durante todo o tempo em que o Contrato de Penhor estiver em vigor; e (ii) fazer com que os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios Empenhados efetuem os pagamentos devidos nas respectivas Contas Centralizadoras.

5.8.3.11 A Emissora e a Usiminas obrigam-se, desde já, mesmo antes da data de assinatura do Contrato de Penhor, a (i) confiar ao Banco Centralizador a administração da cobrança de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade em montante igual ou superior ao Limite Mínimo, divididos tais recursos entre a Emissora e a Usiminas a exclusivo critério destas; e (ii) fazer com que os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios efetuem os pagamentos devidos nas respectivas Contas Centralizadoras, obrigando-se o Agente Fiduciário a verificar o cumprimento do aqui disposto.

5.8.3.12 O Banco Centralizador poderá ser substituído (i) por destituição, aprovada pelos titulares das Debêntures reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim; ou (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Emissora, à Usiminas e ao Agente Fiduciário. Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Centralizador, os sucessores serão Banco Itaú S.A. (ou, a partir da assinatura do Contrato de Penhor, Banco Itaú BBA S.A.), Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa (ou, a partir da assinatura do Contrato de Penhor, Banco Santander Brasil S.A.) e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., rateada a proporção do Banco Centralizador em proporções equivalentes entre tais instituições. Caso uma ou mais de tais instituições não aceite a nomeação, a proporção daquela(s) que não aceitar(em) será rateada entre as demais. Caso nenhuma instituição aceite a nomeação no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data da respectiva renúncia ou destituição, a



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be "E." and several other initials and marks.

Emissora obriga-se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do prazo acima, a indicar uma ou mais instituições para substituir o Banco Centralizador e a submetê-las à aprovação da assembléia geral de debenturistas convocada especialmente para esse fim. O Banco Centralizador assim substituído somente estará exonerado de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado, quando, cumulativamente, (i) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor, quando celebrado, forem aditados para excluir o Banco Centralizador e incluir a(s) instituição(ões) substituta(s) conforme procedimento acima; e (ii) o Banco Centralizador entregar os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade ou, após a constituição do Penhor, os Créditos Empenhados (e os documentos de cobrança de tais Direitos Creditórios ou Créditos Empenhados), à(s) instituição(ões) substituta(s).

5.8.3.13 O Banco Centralizador neste ato adere a esta Escritura de Emissão, concordando com todas as suas Cláusulas, termos e condições, obrigando-se, neste ato, (i) a celebrar, juntamente com a Emissora, a Usiminas e o Agente Fiduciário, o Contrato de Penhor de acordo com o aqui disposto, e a cumprir com todas as obrigações previstas no Contrato de Penhor, quando celebrado, praticando todos os atos de sua responsabilidade para que o Contrato de Penhor permaneça válido e eficaz a partir da data de sua celebração até o cumprimento de todas as obrigações da Emissora e/ou da Usiminas assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado; e (ii) mesmo antes da assinatura do Contrato de Penhor e conforme previsto na Cláusula 5.8.3.11 acima, a administrar a cobrança dos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a fazer com que os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios efetuem os pagamentos devidos nas respectivas Contas Centralizadoras.

5.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da presente emissão ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

5.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.

5.11 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2003 ("Data de Emissão").



10

- 5.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2007 ("Data de Vencimento").
- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM.
- 5.14 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização").
- 5.15 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* Observado o disposto nas Cláusulas 5.17.6 e 5.17.7 abaixo, no que se refere ao Primeiro Período de Remuneração (conforme definido abaixo), sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa ("Sobretaxa") ("Remuneração").
- 5.17.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2004 e o último, na Data de Vencimento.
- 5.17.2 *Fórmula para cálculo da Remuneração:* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$ , onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal no início do Período de Capitalização, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

$n_{DI}$  = número total de taxas DI Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $d_k$ " um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = [1 + (\text{Sobretaxa}/100)]^{(DP/252)}, \text{ onde:}$$

DP = número de dias úteis entre o último evento de pagamento da Remuneração e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo durante o qual a Remuneração será acumulada de forma exponencial. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. O primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.



12

5.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.4 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.4 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data prevista para sua apuração e/ou divulgação, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembleia geral de debenturistas (na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 e na Cláusula 5.26 abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescido da Sobretaxa, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. A Usiminas desde já concorda com o disposto nesta Cláusula, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Usiminas desde já concorda em firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

5.17.5 *Período de Remuneração.* Entende-se por "Período de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada.



5.17.6 *Primeiro Período de Remuneração.* O primeiro Período de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, encerrando-se, portanto, em 1º de setembro de 2005 ("Primeiro Período de Remuneração").

5.17.7 *Sobretaxa do Primeiro Período de Remuneração.* A Sobretaxa do Primeiro Período de Remuneração será de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.18 *Repactuação.* A primeira repactuação ocorrerá em 1º de setembro de 2005, quando as características e condições das Debêntures poderão ser alteradas por proposta da Emissora, desde que o conselho de administração da Emissora comunique aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data a que se refere esta Cláusula, os novos termos e condições aplicáveis às Debêntures.

5.18.1 Os termos e condições fixados pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 5.18 acima serão comunicados aos debenturistas na forma da Cláusula 5.26 abaixo, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem, por meio do SND ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC, ou por meio do Banco Mandatário (conforme definido abaixo) (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC), a partir da data de publicação do anúncio, inclusive, e até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de repactuação, inclusive, sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares adquiridas pela Emissora, indicando, na hipótese de manifestação relativamente à parte das Debêntures de sua titularidade, a quantidade de Debêntures a serem adquiridas pela Emissora. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.

5.18.2 A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 5.18.1 acima, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em 1º de setembro de 2005. A aquisição a que se refere esta Cláusula não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou novamente colocadas



no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

5.18.3 *Eventuais novas repactuações.* Se os termos e condições fixados nos termos da Cláusula 5.18 acima tiverem prazo de vigência inferior ao da Data de Vencimento, ao final do prazo de vigência de tais novos termos e condições, a Emissora se obriga a promover nova repactuação aplicando-se, no que couber, as disposições da Cláusula 5.18 acima.

5.18.4 *Inexistência de novação para a Usiminas.* A Usiminas desde já concorda com os termos da repactuação a que se refere a Cláusula 5.18 acima e eventuais novas repactuações deliberadas pela Emissora, sendo certo desde já que tais repactuações não importarão em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de adquirir as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Usiminas desde já concorda em firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da repactuação a que se refere a Cláusula 5.18 acima e de eventuais novas repactuações a que se refere a Cláusula 5.18.3 acima.





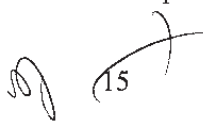
5.18.5 *Autorização ao Agente Fiduciário.* O Agente Fiduciário fica desde já autorizado a celebrar os aditamentos a esta Escritura de Emissão em decorrência da repactuação a que se refere a Cláusula 5.18 acima e de eventuais novas repactuações deliberadas pela Emissora nos termos da Cláusula 5.18.3 acima.

5.19 *Aquisição obrigatória.* Observado o disposto nas Cláusulas 5.19.1, 5.19.2 e 5.19.3 abaixo, a Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. fusão, cisão ou incorporação da Emissora, ou a incorporação, pela Emissora, de outra sociedade ou de patrimônio cindido de outra sociedade, salvo se as operações em questão forem previamente aprovadas por debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia convocada especialmente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei n.º 6.404/76; ou
- II. fusão, cisão ou incorporação da Usiminas, ou a incorporação, pela Usiminas, de outra sociedade ou de patrimônio cindido de outra sociedade, salvo se as operações em questão forem (a) previamente aprovadas por debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia convocada especialmente para este fim; ou



15



(b) envolverem exclusivamente a Usiminas e quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas (exceto a Emissora) existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão (sem incluir eventuais re-ratificações ou aditamentos), desde que a fusão, cisão ou incorporação a que se refere esta alínea não afete a capacidade financeira da Usiminas; ou

III. perda, compartilhamento ou não exercício do poder de controle (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei n.º 6.404/76), direto ou indireto (a) da Usiminas; e/ou (b) da Usiminas sobre a Emissora.

5.19.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos na Cláusula 5.19 acima (sem que, no caso dos incisos I e II da Cláusula 5.19 acima, tenha havido aprovação dos debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim ou tenham sido atendidos os requisitos da alínea (b) do inciso II da Cláusula 5.19 acima), o Agente Fiduciário publicará, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contado da data da publicação de fato relevante, da data em que for constatada sua ocorrência ou da data da comunicação do evento pela Emissora ao Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro, anúncio nos termos da Cláusula 5.26 abaixo, informando sua ocorrência e solicitando que os debenturistas manifestem, por meio do SND ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC, ou por meio do Banco Mandatário (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC), até o 5º (quinto) dia útil após a data da publicação do anúncio, sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares adquiridas pela Emissora, indicando a quantidade de Debêntures a serem adquiridas pela Emissora. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, à ocorrência do evento previsto na Cláusula 5.19 acima com relação às Debêntures que não tiverem sido indicadas nos termos desta Cláusula.

5.19.2 A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram nos termos da Cláusula 5.19.1 acima, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de término do prazo de manifestação a que se refere a Cláusula 5.19.1 acima. A aquisição a que se refere esta Cláusula não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou novamente



16

colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 5.20 *Resgate antecipado facultativo.* A partir de 1º de setembro de 2004, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de prêmio de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado proporcionalmente ao prazo, em dias úteis, restante entre a data do efetivo resgate e a data de repactuação aplicável ou a Data de Vencimento, conforme o caso, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O disposto nesta Cláusula não se aplica ao resgate a que se refere a Cláusula 5.17.4 acima. O prêmio a que se refere esta Cláusula será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (VNe + J) \times [(1,005)^{(dr/du)} - 1], \text{ onde:}$$

P = prêmio de resgate antecipado facultativo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal no início do Período de Capitalização, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

J = valor da Remuneração devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

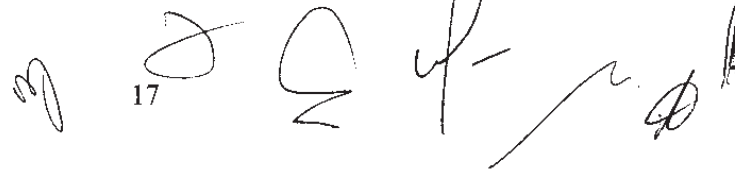
dr = número de dias úteis entre a data do resgate antecipado facultativo e a data de repactuação aplicável ou a Data de Vencimento, conforme o caso; e

du = a depender da data do resgate antecipado facultativo: (i) número de dias úteis entre 1º de setembro de 2004 e 1º de setembro de 2005 ou, (ii) número de dias úteis entre duas datas de repactuação; ou (iii) número de dias úteis entre a última data de repactuação e a Data de Vencimento.

- 5.21 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento,



17



observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 5.22 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 5.23 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.24 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora ou, se for o caso, pela Usiminas, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.24.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.25 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.



18

5.26 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, e por meio dos *sites* da Emissora ([www.cosipa.com.br](http://www.cosipa.com.br)) e da Usiminas ([www.usiminas.com.br](http://www.usiminas.com.br)) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso. Caso o jornal "Gazeta Mercantil" deixe de ser publicado, os debenturistas decidirão o jornal substituto, a partir de lista tríplice de jornais com edição nacional apresentada pela Emissora aos debenturistas em assembléia convocada para este fim. O jornal substituto que vier a ser escolhido pelos debenturistas nos termos desta Cláusula deverá ser utilizado pela Emissora para publicação de seus demais atos societários e informações da Emissora.

5.27 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA

Av. do Café 277, Torre B, 9º andar

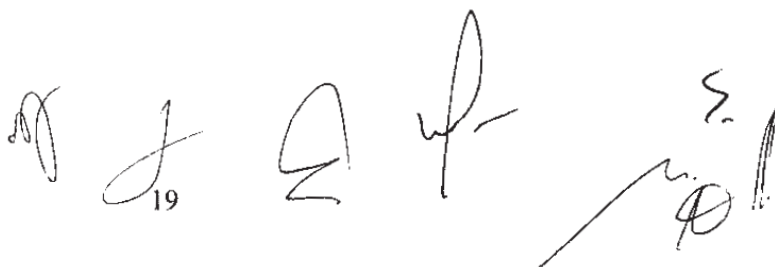
04311-000 São Paulo, SP

At.: Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (11) 5070 8979

Fac-símile: (11) 5070 8847

Correio Eletrônico: [magno@cosipa.com.br](mailto:magno@cosipa.com.br)



II. para a Usiminas:

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS  
Rua Prof. José Vieira de Mendonça 3011  
31310-260 Belo Horizonte, MG  
At.: Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (31) 3499 8775  
Fac-símile: (31) 3499 8771  
Correio Eletrônico: [ppenido@usiminas.com.br](mailto:ppenido@usiminas.com.br)

III. para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.  
Rua Sete de Setembro 99, 16º andar  
20050-005 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: (21) 2507 1949  
Fac-símile: (21) 2507 1773  
Correio Eletrônico: [pavarini@pavarini.com.br](mailto:pavarini@pavarini.com.br)

IV. para o Banco Centralizador e o Banco Mandatário:

BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência Corporate Minas Gerais (MG)  
Av. Afonso Pena 1964, 10º andar  
30130-005 Belo Horizonte, MG  
At.: Humberto Freire de Carvalho  
Telefone: (31) 3248 7900  
Fac-símile: (31) 3248 7925  
Correio Eletrônico: [age3308@bb.com.br](mailto:age3308@bb.com.br)

5.28 *Banco mandatário.* O banco mandatário das Debêntures será o Banco do Brasil S.A. ("Banco Mandatário").

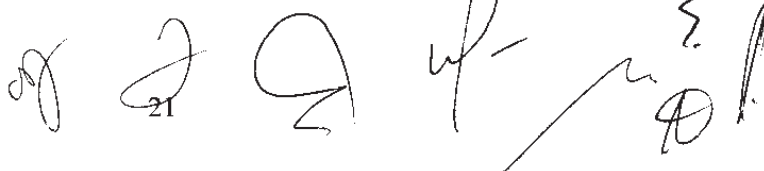
VI  
DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.4 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:



Handwritten signatures and initials, including the number 20.

- I. (a) pedido de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em valor igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBASCEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento ("Taxa de Conversão"), não elidido no prazo de 2 (dois) dias úteis; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora;
- II. (a) pedido de falência da Usiminas ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Usiminas (exceto a Emissora) em valor igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão; (b) decretação de falência da Usiminas ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Usiminas (exceto a Emissora); (c) pedido de concordata preventiva formulado pela Usiminas, ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Usiminas (exceto a Emissora); ou (d) pedido ou decretação de falência, pedido de concordata preventiva ou intervenção ou liquidação extrajudicial de qualquer controladora da Usiminas ou qualquer evento análogo nos termos da legislação aplicável que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores;
- III. não pagamento, pela Emissora, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das suas respectivas datas de vencimento;
- IV. não constituição do Penhor nos termos do Contrato de Penhor e de acordo com os requisitos legais, inclusive de acordo com disposto no artigo 1.452 do Código Civil, até a Data de Constituição do Penhor;
- V. falta de cumprimento, pela Emissora ou pela Usiminas, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data da inadimplência, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de



inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;

- VI. a Emissora, a Usiminas ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da Usiminas, deixar de pagar quaisquer dívidas em valor agregado igual ou superior a US\$12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, se tal não pagamento não for sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de vencimento de tal pagamento;
- VII. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Usiminas, ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da Usiminas em valor agregado igual ou superior a US\$12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão;
- VIII. protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a Usiminas, ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da Usiminas, cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela Usiminas ou pela controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da Usiminas, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da sua ocorrência;
- IX. qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, que condene a Emissora, a Usiminas e/ou quaisquer controladas, diretas ou indiretas, da Emissora ou da Usiminas, ao pagamento de valor igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão;
- X. o Penhor, quando constituído, e/ou o Contrato de Penhor, quando celebrado, for anulado, questionado ou, de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- XI. mudança do objeto da Emissora e/ou da Usiminas que resulte em (i) direito de retirada de qualquer acionista da Emissora e/ou da



22

Usiminas, conforme o caso; e/ou (ii) alteração das atividades comerciais da Emissora e/ou da Usiminas;

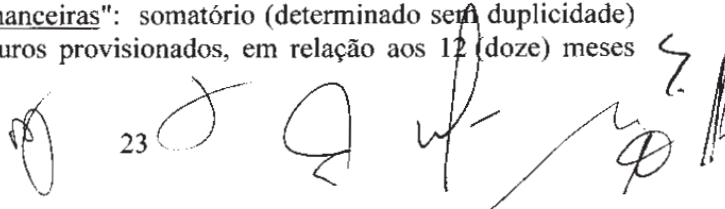
- XII. as declarações previstas nas Cláusulas 10.2 e 10.3 abaixo provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas.
- XIII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora e/ou da Usiminas que afete ou possa afetar, de qualquer forma, a capacidade da Emissora e/ou da Usiminas de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIV. falta de cumprimento, pela Emissora e/ou pela Usiminas, de qualquer disposição prevista no Contrato de Penhor, quando celebrado;
- XV. falta de cumprimento das obrigações previstas no inciso XVI da Cláusula 7.1 abaixo;
- XVI. falta de cumprimento, pela Emissora e/ou pela Usiminas, durante a vigência desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, quando celebrado, das leis, normas e regulamentos, incluindo leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar, de qualquer forma, a capacidade da Emissora e/ou da Usiminas de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Penhor, quando celebrado; ou
- XVII. falta de enquadramento da Usiminas, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, por 2 (dois) trimestres consecutivos, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Usiminas preparadas e entregues pela Usiminas ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo:
- (a) Dívida Total/EBITDA igual ou inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) ao final de cada trimestre de seu exercício social, a partir de 30 de setembro de 2003 (inclusive); e
  - (b) EBITDA/Despesas Financeiras igual ou superior a 2,4 (dois inteiros e quatro décimos) ao final de cada trimestre de seu exercício social, a partir de 30 de setembro de 2003 (inclusive).

Para os efeitos deste inciso, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Despesas Financeiras": somatório (determinado sem duplicidade) do valor de juros provisionados, em relação aos 12 (doze) meses



23



anteriores à data de apuração do índice, relativos à Dívida Total, incluindo os pagamentos feitos à título de arrendamento mercantil ou *leasing* e juros capitalizados à dívida.

"Dívida Total": somatório de qualquer importância, determinada sem duplicidade, relacionada a empréstimos e financiamentos, títulos de crédito (incluindo duplicatas e cambiais descontadas), títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, de emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior (incluindo debêntures), arrendamento mercantil ou *leasing*, tributos parcelados, contas a pagar à Fundação Cosipa de Seguridade Social – FEMCO, fornecedores de longo prazo no exterior, saldo contábil de ganho ou perda das operações de *hedge*, venda ou cessão de recebíveis presentes ou futuros, com ou sem coobrigação da Usiminas, e qualquer garantia relativa aos itens acima (incluindo fiança, aval, penhor, hipoteca, anticrese ou vinculação de recebíveis).

"EBITDA": com relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, o lucro ou o prejuízo líquido, acrescido do somatório dos seguintes valores, se tiverem sido utilizados na apuração do lucro ou do prejuízo líquido: (i) despesas de depreciação; (ii) despesas de amortização do diferido; (iii) despesas financeiras; (iv) despesas de imposto de renda; (v) despesas extraordinárias e não operacionais; (vi) despesa líquida de qualquer outra pessoa apropriada pelo método de equivalência patrimonial; menos o somatório dos seguintes valores, se tiverem sido utilizados no lucro ou prejuízo líquido: (i) receitas financeiras; (ii) receitas extraordinárias e não operacionais; (iii) receita líquida de qualquer outra pessoa apropriada pelo método de equivalência patrimonial; e (iv) receitas de imposto de renda.

- 6.2 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a VII da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.3 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.2 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e



24

cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.4 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 5.27 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.5 No 5º (quinto) dia útil após o término do prazo a que se refere a Cláusula 6.4 acima sem que a Emissora tenha efetuado os pagamentos devidos, a Usiminas deverá efetuar o pagamento de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

## VII

### DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA USIMINAS

- 7.1 A Emissora e a Usiminas estão adicionalmente obrigadas, cada uma, a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando, no caso da Usiminas, as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVII da Cláusula 6.1 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado, acompanhadas, no caso da Usiminas, de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVII da Cláusula 6.1 acima;



25

- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando, no caso da Usiminas, as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVII da Cláusula 6.1 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado, acompanhadas, no caso da Usiminas, de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVII da Cláusula 6.1 acima;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora e na Usiminas, assim como atas de assembléias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) informações sobre alterações de titularidade de ações de emissão da Emissora e da Usiminas, para os fins previstos no inciso III da Cláusula 5.19 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva alteração;
- (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor, quando celebrado, e de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora e/ou a Usiminas sejam parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento;
- (g) informações sobre ocorrência do previsto na Cláusula 5.19 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis na mesma data de publicação do respectivo fato relevante ou, se a operação não for objeto de publicação de



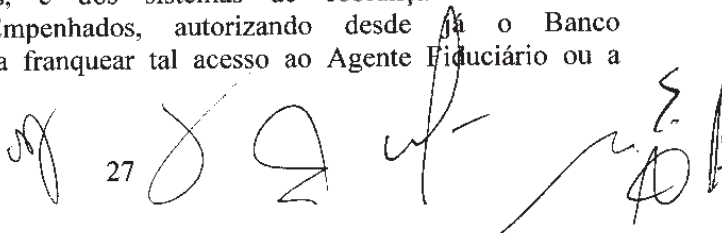
26

fato relevante, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de ocorrência do respectivo evento;

- (h) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da data da respectiva solicitação; e
  - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
  - III. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
  - IV. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
  - V. até a Data de Constituição do Penhor, constituir o Penhor nos termos do Contrato de Penhor e de acordo com os requisitos legais, inclusive de acordo com disposto no artigo 1.452 do Código Civil, e cumprir com todas as obrigações previstas no Contrato de Penhor, quando celebrado, praticando todos os atos para que o Contrato de Penhor permaneça válido e eficaz a partir da data de sua celebração até o cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor;
  - VI. confiar ao Banco Centralizador, desde já e em caráter irrevogável e irretratável, mesmo antes da data em que o Penhor for constituído, a administração da cobrança de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade em montante igual ou superior ao Limite Mínimo, divididos tais recursos entre a Emissora e a Usiminas a exclusivo critério destas, e fazer com que os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios efetuem os pagamentos devidos nas Contas Centralizadoras;
  - VII. franquear ao Agente Fiduciário, ou a quem este vier a indicar, o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta das Contas Centralizadoras, e dos sistemas de cobrança dos Direitos Creditórios Empenhados, autorizando desde já o Banco Centralizador a franquear tal acesso ao Agente Fiduciário ou a



27



quem este vier a indicar independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora e/ou à Usiminas;

- VIII. manter todos os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- IX. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Banco Centralizador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- X. cumprir em todos os aspectos as leis, regras, regulamentos e determinações de autoridades de qualquer jurisdição na qual realize negócios ou tenha ativos, mantendo e fazendo que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças necessárias à consecução e desenvolvimento de seus objetos sociais em qualquer jurisdição na qual a Emissora, a Usiminas e/ou suas controladas realize(m) negócios ou tenha(m) ativos;
- XI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;
- XII. manter atualizado, pelo menos anualmente, os relatórios de classificação de risco das Debêntures, elaborados por Standard & Poor's e SR Rating, disponibilizando ao Agente Fiduciário e ao mercado cópia de tais relatórios no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento;
- XIII. não (a) firmar, ou permitir que sejam firmados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; e/ou (b) renovar, ou permitir que sejam renovados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas, cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- XIV. não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação em lucros se estiver por mais de 2 (dois) dias úteis em mora relativamente ao pagamento da Remuneração ou qualquer outros pagamentos devidos aos debenturistas;
- XV. não realizar operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social ou que possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado; e



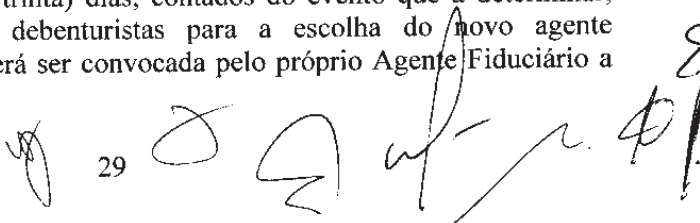
- XVI. não vender ou de outro modo alienar ou transferir, todos os seus ativos, ou parcela substancial dos mesmos, ou deixar de conduzir todos os seus negócios ou parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos, ou permitir que suas controladas realizem ou pratiquem quaisquer dos atos previstos neste inciso.

VIII  
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário declara:
- I. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
  - II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - III. aceitar integralmente a Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
  - IV. estar ciente dos termos da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e
  - V. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.
- 8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.
- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a



29



ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembléia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.4 abaixo.

- 8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.
- 8.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.
- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 8.4.5 Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.
- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembléia geral de debenturistas não delibere sobre a matéria.
- 8.4.7 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro da Escritura de Emissão e nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere o inciso II da Cláusula 2.1 acima.
- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.26 acima.



30

8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- I. parcelas trimestrais antecipadas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo a primeira devida no 10º (décimo) dia útil subsequente à concessão do registro pela CVM e as demais na mesma data dos trimestres seguintes até o vencimento ou, se for o caso, o cancelamento das Debêntures. O valor da última parcela antecipada deverá ser calculado *pro rata die* até a Data de Vencimento;
- II. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- III. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- IV. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- V. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação;
- VI. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão



31

sujeitos à multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso II acima; e

- VII. as parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.1 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

8.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo.



32

3

3

3

8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da



33



Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar (a) o cumprimento, pela Emissora e pela Usiminas, do disposto na Cláusula 5.8.3.11 acima; e (b) a regularidade da constituição do Penhor, bem como o valor dos Direitos Creditórios Empenhados nos termos do Contrato de Penhor; e (c) a manutenção da suficiência e exequibilidade da Fiança e do Penhor e da suficiência do Limite Mínimo, observado o disposto na Cláusula 5.8.3.9 acima;
- X. examinar a proposta de substituição dos Direitos Creditórios Empenhados nos termos do Contrato de Penhor manifestando sua expressa e justificada concordância;
- XI. intimar a Emissora e a Usiminas a reforçar o Limite Mínimo a qualquer tempo, e/ou a Fiança, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- XII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora e/ou da Usiminas;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora em base razoável;
- XIV. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- XV. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora e da Usiminas e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora e



34

da Usiminas, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e/ou pela Usiminas, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora e/ou pela Usiminas;
- (b) alterações estatutárias da Emissora e/ou da Usiminas ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e da Usiminas enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora e da Usiminas;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, repactuação e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Usiminas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, quando celebrado;
- (i) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da Fiança e do Penhor e da suficiência do Limite Mínimo, observado o disposto na Cláusula 5.8.3.9 acima; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVII. disponibilizar os relatórios de que trata o inciso XVI acima aos debenturistas da seguinte forma: (i) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (ii) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (iii) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (iv) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social,



35

até o dia 30 de novembro de cada ano. Os relatórios deverão estar disponíveis ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no local por ele indicado;
- (c) na CVM;
- (d) na Bovespa e na CETIP;
- (e) na(s) instituição(ões) que liderou(aram) a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XVIII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.26 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;

XIX. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLC e à CETIP;

XX. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas em caso de resgate parcial;

XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e/ou da Usiminas e informações públicas, incluindo verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de recebimento de demonstrações financeiras da Usiminas a que se referem os incisos (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 acima, o enquadramento da Usiminas nos índices e limites financeiros previstos no inciso XVII da Cláusula 6.1 acima, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;

XXII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Usiminas, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor, quando celebrado, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;



(b) à Bovespa e à CETIP; e

(c) à Emissora; e

XXIII. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora e/ou da Usiminas, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 a 6.3 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar o Penhor, quando constituído, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

8.9.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

## IX

### DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.



37

- 9.2 A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Para os fins de apuração do quorum de instalação, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora.
- 9.4 A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
  - II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) da Fiança; (d) do Penhor; e (e) das datas de repactuação, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.5.2 Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora e à Usiminas, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da Usiminas, ou qualquer coligada da Emissora ou da Usiminas, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas controladores.
- 9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.8 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.



X  
DAS DECLARAÇÕES

10.1 O Agente Fiduciário declara que:

- I. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- II. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- III. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.1.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.2 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, podendo, inclusive celebrar o Contrato de Penhor e constituir o Penhor até a Data de Constituição do Penhor, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer



39

ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pelo Penhor; e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora e às suas subsidiárias, nas respectivas datas dos Prospectos, no contexto da presente emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas subsidiárias, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- VI. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas subsidiárias são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- VII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas subsidiárias foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VIII. não há fatos relativos à Emissora e às suas subsidiárias, nas respectivas datas dos Prospectos, ou relativos às Debêntures, não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto desta emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- IX. todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora e às suas subsidiárias são verdadeiros;
- X. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000, 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2002 e aos semestres encerrados em 30 de junho de 2002 e 30 de junho de 2003 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- XI. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e



40

XII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade, ou nas suas subsidiárias, nas suas condições financeiras ou outras ou em suas atividades.

10.2.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3 A Usiminas neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com a Fiança e todas as obrigações aqui previstas, podendo, inclusive, celebrar o Contrato de Penhor e constituir o Penhor até a Data de Constituição do Penhor, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão, a Fiança e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Usiminas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Usiminas seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pelo Penhor; e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os Prospectos contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes



41

em relação à Usiminas e às suas subsidiárias consolidadas, nas respectivas datas dos Prospectos, no contexto da presente emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Usiminas e de suas subsidiárias consolidadas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- VI. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Usiminas e às suas subsidiárias consolidadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- VII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Usiminas e às suas subsidiárias consolidadas foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VIII. não há fatos relativos à Usiminas e às suas subsidiárias consolidadas, nas respectivas datas dos Prospectos, ou relativos às Debêntures, não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto desta emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- IX. todos os esforços foram feitos pela Usiminas para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Usiminas e às suas subsidiárias consolidadas são verdadeiros;
- X. as demonstrações financeiras da Usiminas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000, 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2002 e aos semestres encerrados em 30 de junho de 2002 e 30 de junho de 2003 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Usiminas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- XI. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- XII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Usiminas, em sua condição financeira ou outras, ou em sua



42

atividade, ou nas suas subsidiárias consolidadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

10.3.1 A Usiminas obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.3.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3.1 acima, a Usiminas compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## XI

### DAS DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à emissão e à colocação das Debêntures, tais como a Escritura de Emissão, o Penhor e os atos societários relacionados a esta emissão de Debêntures.

## XII

### DA RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Usiminas prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Usiminas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## XIII

### DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1 Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer



43

outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

XV  
DO FORO

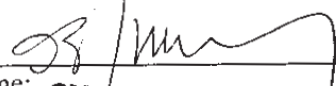
- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado da São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 3 de setembro de 2003

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Magno José Gonçalves**  
Diretor Financeiro

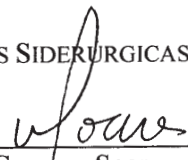
  
Nome: **OMAR SILVA JÚNIOR**  
Cargo: Diretor-Presidente






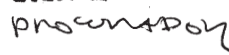
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO  
CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA SEGUNDA EMISSÃO DE COMPANHIA  
SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA, CELEBRADO EM 3 DE SETEMBRO DE 2003  
(CONT.)

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

  
Rinaldo Campos Soares  
Diretor Presidente


  
Nome:  
Cargo:

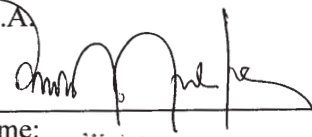
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
Nome: CARLOS ALBERTO BACHA  
Cargo: 

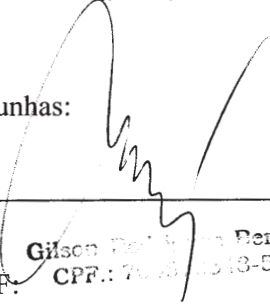
  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_


BANCO DO BRASIL S.A.

  
Nome: Humberto Freire de Carvalho  
Cargo: Gerente de Agência - 16250-7

  
Nome: Márcio Balsem Tavares Scaioni  
Cargo: Gerente de Administração

Testemunhas:

  
Nome: Gilson Pereira Bentes  
Id.: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: CPF: 70.813.143-53

  
Nome: Bruno Cesar Fucaro  
Id.: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: CPF: 702.006.200/82

